

NOVO ENSINO MÉDIO NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: REFLEXÕES E PRESSUPOSTOS A PARTIR DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS.

Paulo Reinaldo Almeida Barbosa¹

RESUMO

O presente artigo traz algumas reflexões sobre a implementação do Novo Ensino Médio no Sistema Colégio Militar do Brasil, conjunto de Colégios Militares do Exército composto por 15 instituições de ensino, todas subordinados à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. Além de levantar essas considerações, outrossim, tem como objetivo realizar uma breve análise das implicações da implantação de uma nova proposta curricular a partir dos Itinerários Formativos, percursos de formação escolhidos pelos alunos a partir dos seus interesses e seu contexto escolar. Para tanto, aborda o tema do ponto de vista da própria lei que institui o Novo Ensino Médio e da Base Nacional Curricular Comum, fazendo um paralelo desses documentos com o Projeto Pedagógico dos Colégios Militares. Em seguida, é discutido o fomento aos valores e às vocações dos alunos que compõem a etapa de estudos em questão e como isso se alinha às novas propostas curriculares, com base em estudos sobre currículo e ensino por competências. Por fim, evidencia-se a importância da formação continuada docente para lidar com os avanços e transformações no ensino médio e, de forma geral, na educação brasileira.

Palavras-chave: currículo; Novo Ensino Médio; itinerário formativo; Colégio Militar.

RESUMEN

El presente artículo contiene algunas reflexiones sobre la implementación de la Nueva Escuela Secundaria en el Sistema Colegio Militar de Brasil, conjunto de Colegios Militares del Ejército conformado por 15 instituciones educativas, los cuales se encuentran subordinados a la Diretoria de Educação Preparatoria e Assistencial. Además de resaltar esas consideraciones, se tiene igualmente como objetivo realizar un breve análisis de las implicaciones de la implementación de una nueva propuesta curricular a partir de los Itinerarios Formativos, que corresponden a líneas de formación elegidas por los estudiantes desde sus intereses y su contexto escolar. Para ello, se aborda el tema desde la perspectiva de la ley que instituye la Nueva Escuela Secundaria y de la Base Nacional Curricular Común, haciendo un paralelo entre esos documentos y el Proyecto Pedagógico de los Colegios Militares. A continuación, se discute la fomentación de valores y vocaciones en los estudiantes que componen la mencionada etapa educativa, y como esto se alinea con las nuevas propuestas curriculares, basándose en los estudios sobre currículo y la enseñanza de competencias. Finalmente, se evidencia la importancia de la formación continua del docente para lidiar con los avances y transformaciones de la escuela secundaria y, en forma general, de la educación brasileña.

Palabras clave: currículo; Nueva escuela secundaria; itinerario formativo; Colegio Militar.

¹ Licenciado em Letras–Português/Espanhol pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Língua Espanhola, Literaturas e Culturas Espanhola e Hispano-americana pelo Instituto Catarinense de Pós-Graduação–ICPG (Uniassevi). Oficial do Quadro Complementar do Exército Brasileiro pela Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEX). Curso de Aperfeiçoamento Militar na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Adjunto da Seção de Supervisão Escolar no Colégio Militar de Belém. Major QCO do Exército Brasileiro. *E-mail:* reinaldoesp@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho surgiu de inquietações provenientes das leituras de artigos e inúmeras reportagens sobre a reforma do Ensino Médio na educação brasileira, textos esses que, em sua grande maioria, são contra o que foi proposto pela Lei nº 13.415/2017. O regulamento em questão, em suma, ampliou a carga horária destinada a essa etapa secundária de estudos, trouxe a criação de itinerários formativos e a oportunidade de os alunos escolherem, além dos percursos de formação, o estudo de determinadas disciplinas eletivas.

Nessa perspectiva, o principal objetivo deste trabalho é trazer algumas reflexões e pressupostos sobre a implementação do novo Ensino Médio, a partir dos Itinerários Formativos que foram conduzidos no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). O assunto em questão foi tratado sob o olhar dos estudos a respeito de currículos de Goodson (2002) e o que defendem os teóricos Zabala e Arnau (2010), no que concerne ao ensino por competências.

Dessa forma, o artigo foi dividido em partes que abordam sua temática por meio do ponto de vista dos sobreditos autores e de normas e regulamentos como a própria Lei do Ensino Médio, a Base Nacional Curricular Comum e o Projeto Pedagógico dos Colégios Militares do Exército Brasileiro. Começa-se, portanto, com um apanhado do que vem a ser essa nova política educacional de mudança no Ensino Médio, excerto em que se compara o que está posto e o que se tem feito no SCMB, tendo em vista suas peculiaridades e o que a Lei nº 13.415/2017 possibilita fazer. Além disso, também se apresentam alguns desafios que podem ser enfrentados na implementação desse novo currículo e nas relações estabelecidas com a escola e com os próprios alunos.

Após essa primeira reflexão, o texto passa a discutir e trazer pressupostos sobre a importância do fomento aos valores e às vocações, dentro desse novo contexto de estudos e a partir das escolhas pessoais dos alunos. É dessa maneira que se estabelecem algumas relações com as ideias defendidas tanto por Goodson (2002) quanto por Zabala e Arnau (2010).

Depois da discussão desse ponto, entra-se na importância de se ter um currículo dinâmico, atualizado conforme às necessidades contemporâneas, mas que não significa incompleto; pelo contrário, que faça o aluno refletir sobre seu papel na sociedade após sua conclusão do Ensino Médio. Para tanto, chega-se ao trabalho significativo do professor, elemento fundamental na condução discente para que esse público conquiste seus objetivos de forma assertiva, com segurança, a partir de um projeto de vida que

alinhe interesses pessoais e uma atenção especial às competências socioemocionais.

Faz-se, então, um apanhado de ideias e reflexões com um olhar tanto para o discente quanto para o docente e como ambos os públicos podem lidar com essas mudanças, a partir do que se tem praticado no Sistema Colégio Militar do Brasil, principalmente no que tange aos Itinerários Formativos. Sobre isso é que se pretende levantar ideias no auxílio à implementação dessa nova sistemática curricular, amparadas nas teorias já citadas.

Por meio de uma pesquisa básica, o texto mostra uma forma de entendimento sobre como lidar com a nova Lei do Ensino Médio, sem pretensões de tornar o SCMB um modelo de ensino para as demais escolas, haja vista que existem vários exemplos e projetos de sucesso na educação brasileira atualmente. A análise das normas, regulamentos, leis e a leitura de outros textos, bem como de obras de referência sobre currículo e ensino por competências, tornam esse trabalho de caráter qualitativo, posto que terá como principal abordagem metodológica uma pesquisa bibliográfica.

Por fim, espera-se chegar à conclusão de que é possível fazer uma implementação do novo Ensino Médio, ainda que não seja um trabalho em curto espaço de tempo e que demande considerável organização institucional, além de compreender e executar sua proposta, realizando os ajustes necessários e permitidos para a realidade de cada escola brasileira. Contradizer novas ideias e sugestões no âmbito da educação, antes mesmo de pô-las em prática, de forma estudada e amparada, não deveria ser prática comum no ensino do país. Lembremo-nos que uma educação de qualidade se faz a partir da perspectiva aluno – professor – escola – família, numa comunhão de forças e interesses, e cada parte desse conjunto deve ser levada em consideração.

ITINERÁRIOS FORMATIVOS NA BNCC – UMA POLÍTICA EDUCACIONAL RECENTE.

A proposta do Novo Ensino Médio na Educação Básica brasileira adveio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e começou a ser implementada no Sistema Colégio Militar do Brasil no ano de 2021. Em resumo, a referida norma propôs um aumento da carga horária de 800 horas-aula anuais (para cada série) para 1.000 horas, totalizando, ao final dessa etapa secundária de estudos, 3.000 horas-aula. Além do tempo de estudo, o regulamento oferece uma organização curricular mais flexível, que estabelece para o aluno a escolha de percursos de formação de estudos, denominados Itinerários Formativos (BRASIL, 2017).

Conforme o que está posto na sobredita lei, os Itinerários Formativos (IF) oferecem alternativas de estudos aos alunos, com foco em determinadas áreas do conhecimento e na formação técnico-profissional. Essa proposta visa diversificar e ampliar também as opções de formação para os estudantes, tornando o ensino mais flexível, atrativo, relevante e coadunado a seus próprios interesses e às novas demandas deste século. A nova regulamentação traz ainda mudanças na Base Nacional Curricular Comum, no sentido de que se contemple uma grade de disciplinas essenciais, por meio de uma referência curricular obrigatória, e a possibilidade de estudo de matérias eletivas, escolhidas pelos próprios alunos. Além da Lei do Novo Ensino Médio, o Ministério da Educação também publicou outros documentos, como referenciais, portarias e resoluções, essas últimas pelo Conselho Nacional de Educação, todos com o objetivo de dar suporte a escolas e professores para lidarem com o novo contexto.

Diante desse cenário, com o intuito de trazer algumas considerações ao longo dessa reflexão sobre as mudanças curriculares nos sistemas de educação e, conseqüentemente, a respeito do ensino das escolas, em especial na concepção dos IF no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) e na formação continuada do professor, apoiar-nos-emos em alguns estudos de Ivor Goodson, professor inglês e pesquisador profícuo no campo das análises sobre currículo, que traz o reflexo de uma conjuntura político-social-cultural e da própria atuação docente, por exemplo, alinhadas (com) e amalgamadas nessas transformações. Além disso, também nos basearemos na abordagem do ensino por competências, de Antoni Zabala e Laia Arnau, estudiosos espanhóis que amplificaram essa temática no campo escolar.

Num primeiro momento, é essencial fazer alusão à ideia de que toda modificação curricular, advinda de uma nova política educacional, implica em mudanças mais profundas, que permeiam não somente os documentos de ensino, mas também o planejamento docente, a avaliação da aprendizagem, as relações professor-aluno e aluno-escola, ou seja, a própria ação docente em sua prática pedagógica, para citarmos alguns exemplos. No que concerne a essa questão, para entender qualquer tipo de transformação no currículo em sua atualidade, é fundamental que se examine sua evolução, o surgimento das matérias em seu contexto histórico e o envolvimento de aspectos intrínsecos ao ensino – políticos, sociais e culturais – no desenvolvimento curricular ao longo dos tempos (GOODSON, 2002).

Por outro lado, à parte das alterações documentais, por assim dizer, agrega-se a

isso, o fato de que o ensino médio, como etapa final da educação básica, deve, de fato, preparar o aluno para seguir uma carreira profissional, dando prosseguimento aos seus estudos, inclusive no mundo laboral. Dessa forma, nessa escolha pelo melhor percurso de formação, é natural que o discente também apresente dúvidas e incertezas, portanto, faz-se necessário que se trabalhem, igualmente, as competências socioemocionais e as múltiplas inteligências desse estudante, em um projeto que desperte a vocação de cada aluno, para que ele esteja seguro de que caminho escolher conforme suas aptidões e interesses. Assim, como sugestão de trabalho nas escolas, é coerente que as tarefas desenvolvidas nos campos das inteligências múltiplas e das competências socioemocionais se embasem na vasta bibliografia referente aos estudos primordiais de Howard Gardner e Daniel Goleman, respectivamente.

Nessa conjuntura, para auxiliar no desenvolvimento das competências socioemocionais e das múltiplas inteligências, a Lei nº 13.415/2017 apresenta uma disciplina chamada “Projeto de Vida”, voltada para que o estudante construa as suas competências, conhecendo suas principais habilidades, de forma que seja encaminhado a uma melhor escolha de percurso de formação; faz-se importante, nesse sentido, que o discente reflita e construa seu projeto de vida de maneira orientada e sistemática, levando em consideração suas aspirações e o contexto local no qual está inserida a escola, já que a própria lei abre esse espaço para a construção de IF próprios, desde que se respeitem as opções colocadas como base (BRASIL, 2017).

A despeito dessa mudança recente no Ensino Médio com relação aos IF, é importante ressaltar que alterações curriculares semelhantes não são exclusivas deste período e aconteceram ao longo de toda a história da educação brasileira. No que tange a essas modificações e à escolha de áreas/disciplinas específicas, ainda no antigo 2º grau, por exemplo, vale lembrar que o Conselho Federal de Educação, na década de 1970, lançou um parecer que criava a “habilitação básica” dentro dessa etapa secundária de estudos, proporcionando ao aluno daquela época uma Formação Básica no 1º ano e outra específica nos anos seguintes, voltadas ou à continuação dos estudos de caráter “Científico” ou a áreas administrativas, como Contabilidade e Administração, a título de exemplo (PEREIRA; ALVES, 2015).

Diferente do que se percebe e se pratica hoje em dia, a ideia, naquela conjuntura setentista (que perdurou por mais duas décadas, pelo menos), era que o mercado de trabalho absorvesse essa demanda técnica secundarista de imediato, haja vista as

necessidades político-econômicas do referido momento, o que vai ao encontro da situação educacional do contexto, envolta de aspectos muito próprios da corrente de ensino tecnicista. Além disso, não se mantinha, no caso das especificidades técnicas, pelo menos num primeiro momento, um vínculo com o ensino universitário, como se propõe atualmente.

Em contraponto à política educacional dos anos 1970 (que perdurou até meados dos anos 1990, com a atualização da LDB), a recente abordagem dos Itinerários Formativos pretende personalizar o aprendizado, tornando-o significativo a partir de uma perspectiva mais autônoma do aluno. Além disso, diferente da abordagem tecnicista (que vigorava em 1970), a nova BNCC, na qual estão amparadas as diretrizes para os percursos formativos no Ensino Médio, coaduna com as tendências educacionais mais contemporâneas, as quais enfatizam o caráter contextualizado e interdisciplinar do ensino, o que propicia a integração de saberes e, conseqüentemente, uma formação mais holística.

Nesse diálogo com um ensino disruptivo, que rompe com o tradicional e eleva os estudantes de um nível de aprendizagem engessado para uma didática que se baseia na demonstração, pelo aluno, dos resultados de suas experiências, a Base Nacional Curricular Comum voltada ao Ensino Médio trabalha com 10 (dez) competências básicas, dentre elas o pensamento científico, crítico e criativo; o senso estético e o repertório cultural; a cultura digital; a argumentação; a empatia e a cooperação e a autonomia.

Sendo assim, a partir dessa proposta, as escolas desenvolvem (ou aperfeiçoam) seu projeto pedagógico, levando em consideração uma flexibilidade curricular em que 40% da carga horária seja destinada aos Itinerários Formativos (no caso em questão, a Formação Geral Básica corresponde a 60% da carga horária). Embora exista toda uma dinâmica voltada à possibilidade da escolha por um percurso de estudos, reforça-se que a BNCC contempla não só o trabalho específico de determinadas disciplinas, mas também habilidades, valores e atitudes, o que permite a criação de projetos integradores que conectam diferentes áreas do conhecimento dentro dessas escolhas discentes (BRASIL, 2017).

O SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL EM FACE DO NOVO ENSINO MÉDIO E DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

Assim posto, ancorado no que postula essa nova legislação do Ensino Médio e a BNCC, homologadas em 2017, o SCMB passou por uma transformação curricular e estabeleceu seus itinerários formativos, conforme o que prevê a Lei nº 13.415, em seu art. 35, § 7º, “a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”. Para isso, num trabalho que alinhasse interesses psicopedagógicos (voltados aos alunos) à coordenação e à supervisão pedagógica (ação docente), foi imperioso, nessa nova configuração curricular, que houvesse coerência entre a formação desse aluno do SCMB, com o que ele estudava e como se preparava para enfrentar os desafios da sociedade pós-Colégio.

Em vista do que foi regulamentado pela Lei do Novo Ensino Médio, a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), que coordena os 15 Colégios Militares do Exército, estabeleceu no SCMB dois Itinerários Formativos – um ligado às Carreiras Militares (CaMil) e o outro, às Carreiras Universitárias (CaUni). Nesse caso, é importante ressaltar que os Colégios Militares são, outrossim, regidos pela Lei de Ensino do Exército – LEE, legislação com características próprias, cuja gênese está pautada nos valores e tradições do Exército Brasileiro.

Ao que pese o amparo do SCMB em uma lei de ensino específica (além da própria LDB), que aborde princípios inerentes ao Exército Brasileiro, muitas das questões pontuadas na LEE estão relacionadas ao que se pratica atualmente na educação, principalmente no que já foi abordado anteriormente sobre a BNCC; dessarte, podem-se mencionar aspectos como o pluralismo pedagógico, a educação integral, a atualização científica e tecnológica e o desenvolvimento do pensamento estruturado (BRASIL, 1999).

Nesse caso, é cabível salientar, igualmente, que a evolução do ensino no Exército acompanha as mudanças ocorridas na educação nacional, sobretudo naquilo que concerne às novas abordagens pedagógicas e tendências educacionais. No assunto em tela, que se refere à prática pedagógica adotada nos Colégios Militares, vigora o ensino por competências, fundado no que postulam Zabala e Arnau (2010), quando colocam que as bases teóricas do currículo por competências defendem que um ensino baseado nesse enfoque é o meio eficaz para uma formação integral, escorada

numa aprendizagem justa e para toda a vida.

Esses mesmos autores, inclusive, norteiam a concepção de todo o Projeto Pedagógico do SCMB, documento que entende a escola como um espaço de possibilidades, onde o corpo discente desenvolve competências relacionadas às dimensões sociais (como agentes transformadores da sociedade), interpessoais (a partir da convivência solidária, tolerante e humana), pessoais (no exercício da responsabilidade crítica e autônoma) e profissionais (quando exercem uma tarefa laboral adequada às suas capacidades). Sob esse ponto de vista, nota-se que os Colégios Militares estão demasiadamente comprometidos com a formação integral do seu aluno (BRASIL, 2021).

Voltando-se, portanto, à questão dos IF, o SCMB também encontra amparo para instituir percursos de formação mais adequados à sua realidade, ao seu contexto e à necessidade de seus alunos (considerando aqui o protagonismo juvenil colocado pelo MEC à época da criação dos IF), por meio da própria Lei nº 13.415, como se vê em: “A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.” (BRASIL, 2017, art. 36, § 1º).

Dessa forma, para a reelaboração curricular dentro do SCMB, seguindo o que prevê a Lei do Novo Ensino Médio, coadunada com a LEE, os alunos passaram a concentrar seus estudos para a carreira das Armas (com ênfase na preparação intelectual e moral ao concurso da Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEEx) ou para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com vistas a uma formação direcionada ao ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES). Somada a qualquer uma dessas preparações, é imprescindível que haja igualmente uma formação educacional conduzida por valores como cidadania, ética, respeito e disciplina, aspectos que auxiliam o aluno do SCMB a trilhar seu percurso formativo de maneira mais precisa, despertando em si uma vocação não somente profissional, mas forjando um indivíduo cômico de suas responsabilidades com a sociedade.

Nessa perspectiva, é possível fazer uma breve interlocução entre o ensino por competências de Zabala e Arnau (2010) e os estudos sobre currículo de Goodson (2002), no que diz respeito a algumas interseções presentes na didática conduzida nos Colégios Militares e nas recentes mudanças no ensino médio, tais como:

- a) a importância da contextualização – se por um lado Zabala e Arnau enfatizam que o aluno deve aprender fazendo, aplicando seus conhecimentos em contextos reais, que lhe sejam significativos, Goodson, em sua abordagem histórica sobre currículo, relaciona-o, de forma igualmente contextualizada, às questões culturais, estimando tais aspectos na construção curricular;
- b) a relevância da reflexão crítica – para Goodson, a estrutura e os conteúdos dos currículos devem ser constantemente revisados de forma crítica; para Zabala e Arnau, a promoção da aprendizagem no ensino por competências também instiga os alunos a refletirem sobre suas próprias ações e decisões, trabalhando, assim, a autonomia e o protagonismo juvenil; e
- c) a educação como preparação para a vida – ambos os autores creem na educação como algo que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos curriculares, pois Goodson enxerga o currículo como uma narrativa, que conta parte da história da humanidade, levando em consideração seus valores e prioridades ao longo dos tempos; já Zabala e Arnau acreditam que o ensino por competências prepara o discente para a vida com desafios reais, por isso a importância da construção de habilidades, atitudes e valores sólidos, os quais serão úteis por toda a vida.

Portanto, quando se relaciona a construção (e principalmente a execução) curricular com a preparação para a vida, é que se chega ao tema do despertar das vocações. Nesse caso, as modificações curriculares ganham uma dimensão que vai além daquilo que está posto documentalmente. Importam, sobretudo, a forma como ocorre a interação e as relações sociais entre alunos e professores, a própria organização do espaço escolar e, no caso dos Colégios Militares, os ritos e as tradições que compõem o que se chama de currículo real e oculto, conceitos advindos das Teorias Críticas do Currículo e que passaram a ser objeto de estudo a partir das décadas de 1960 e 1970.

Somada à motivação das reflexões apresentadas neste artigo, que se dirigem aos estudos de Goodson, cabe aqui uma definição quanto a currículo real – a efetivação do currículo prescrito pela Instituição; é o documento vivo, em ação, a partir das relações que acontecem no dia a dia da escola e da sala de aula – e currículo oculto – que diz respeito aquilo que não está prescrito documentalmente, mas que afeta o processo de ensino-aprendizagem dos conhecimentos escolares (JESUS, 2010).

Sob o olhar de Goodson (2002), em contraposição a alguns pensamentos das teorias críticas e pós-críticas do currículo, portanto, enfatiza-se que não se forma no SCMB um aluno apartado da sociedade e das discussões atuais nela presentes. É exatamente por meio do entendimento do currículo como uma forma de narrativa que se pode explorar um conjunto de conteúdos a serem ensinados, porém como uma história sobre o mundo, a sociedade e os valores, inclusive aqueles inerentes ao ensino no Exército Brasileiro. Ainda dentro desse mesmo olhar, os valores e as vocações estão relacionados também a um currículo em ação, ou seja, ligados à manifestação desse documento, na sua interpretação, adaptação e implementação pelos professores, conforme as diretrizes escolares e as mudanças educacionais (no caso, as alterações no ensino médio).

QUE DESAFIOS ADVÊM DA IMPLEMENTAÇÃO (E MANUTENÇÃO) DO NOVO ENSINO MÉDIO NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL?

O Sistema Colégio Militar do Brasil já tem mais de 130 anos e existe desde a criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1889. De lá para cá, foram muitos os desafios enfrentados, sendo um dos últimos a manutenção das aulas (de forma virtual) durante a pandemia de Covid-19. Guardadas as devidas proporções, a nova mudança no formato do Ensino Médio também se configura um desafio a ser encarado, pois demanda replanejamento, reorganização e uma força-tarefa de todos os agentes de ensino do SCMB, direta ou indiretamente.

Nesse aspecto, a implementação desse novo currículo também perpassa por algumas aporias que devem ser estudadas e ter suas possíveis consequências monitoradas, a fim de que se reflita constantemente sobre a condução das ações pedagógicas. É possível, nesse sentido, levantar algumas questões que devem ser alertas para a realização do ensino no SCMB, à luz do discurso goodsoniano:

- a) garantir que haja, efetivamente, uma coesão curricular com a integração dos IF às demais disciplinas, não ficando lacunas para os estudantes e contribuindo para a progressão e a interconexão do conhecimento;
- b) buscar o alinhamento entre a narrativa de construção da identidade profissional do professor e o projeto pedagógico do SCMB, para que se conte uma história de exemplo, valorizando a ética profissional, o esforço e a disciplina, bem como as vivências de boas práticas docentes ao longo da vida no magistério;

- c) a preocupação constante com a formação continuada docente, pois é necessária uma equipe de professores bem preparados, tanto em conhecimento quanto em metodologia. Sem a devida capacitação, o corpo docente pode se sentir inseguro e sobrecarregado diante das mudanças.

Outro ponto importante vem a ser o contínuo acompanhamento dos alunos assistidos, que geralmente apresentam rendimento escolar abaixo dos alunos concursados. Nesse grupo, principalmente, se faz primordial a condução do “Projeto de Vida”, com o intuito de orientá-los conforme suas reais aptidões, ajudá-los com projetos de monitoria e conscientizá-los dos desafios existentes e da disciplina (e esforço) que devem apresentar para superar seus obstáculos.

Em suma, para superar os desafios, atualmente, na manutenção dessa nova proposta curricular, é fundamental que haja uma gestão de forma colaborativa, em que professores, coordenadores, chefes de Divisão de Ensino e Diretores de Ensino apresentem um assessoramento embasado e projetado em reflexões pertinentes, sempre fundamentado nos regulamentos vigentes e nos benefícios para o aluno do SCMB.

COMO REALIZAR UMA MUDANÇA CURRICULAR (E EDUCACIONAL) FOMENTANDO VALORES E VOCAÇÕES?

Além do que foi posto quanto à implementação da nova BNCC no Ensino Médio no SCMB, é importante frisar que existe um campo curricular que vai além do conhecimento propriamente dito. Nesse sentido, esses próprios documentos curriculares também abordam a questão dos valores e das vocações. A própria LDB, por exemplo, reforça a questão dos valores:

“Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL, 1996, art. 27, inciso I).

A citação em tela vai ao encontro do que também prescreve o Projeto Pedagógico do SCMB: “...constituem valores fundamentais que perpassam de forma transversal todas as práticas escolares desenvolvidas nos Colégios Militares: respeito, civismo, disciplina...” (BRASIL, 2021, p. 20).

Ainda com relação à temática do despertar das vocações, é possível inferir sobre as ideias de Goodson (2002) que a escola também é um espaço vocacional, além de social e de aprendizagem. Sendo o currículo influenciado por contextos sociais e históricos, ele também pode interferir nas aspirações e escolhas vocacionais dos alunos. Esses, por outro lado, vão construindo sua identidade e reformulando-a a partir de experiências, histórias pessoais e interação entre todas as partes que compõem o

ambiente escolar (o currículo desempenha papel central nessa questão).

Com o intuito de corroborar com a importância do despertar de vocações, de acordo com o que propõe a nova sistemática da escolha por itinerários formativos no Ensino Médio, vale destacar, outrossim, os estudos sobre o ensino por competências, principalmente no que dizem Zabala e Arnau (2010), com relação ao desenvolvimento integral – o trabalho com diversificadas habilidades e competências implica em que o aluno esteja mais apto a descobrir e seguir sua vocação, já que passa a possuir, a partir dessa lide, uma base sólida na qual poderá construir sua carreira futura. Outro conceito dessa abordagem se refere à aprendizagem significativa – as conexões feitas pelo aluno do seu aprendizado com o mundo real lhe proporcionam a possibilidade de descobrir seus interesses genuínos, potencialmente despertando sua vocação.

Por fim, é possível alinhar as recentes mudanças no Ensino Médio à prática escolar dentro do SCMB, pois o aluno dos Colégios Militares vivencia a construção de sua própria narrativa curricular, levando em consideração os seguintes aspectos: a articulação de competências e habilidades que lhe servirão para a vida pessoal e profissional; o aprimoramento do seu pensamento crítico, com base numa formação holística e abrangente; e a construção de um projeto de vida, ancorado numa educação em valores e numa perspectiva de valorização às suas próprias aspirações e vocações.

A IMPORTÂNCIA DAS REVISÕES CURRICULARES E DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE DIANTE DE UM CENÁRIO DE MUDANÇAS

Pensar num currículo que seja trabalhado por áreas ao invés da segmentação disciplinar é uma das novas propostas que surgem com os itinerários formativos (pela Lei 13.415/2017), reforçada e explicitada pela nova BNCC destinada ao Ensino Médio. Além disso, essa nova Base enfatiza o trabalho interdisciplinar e a contextualização dos conteúdos (o que se alinha ao ensino por competências), permitindo a criação de projetos integradores e o desenvolvimento de atividades que conectem diferentes áreas do conhecimento:

A organização por áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CP nº 11/2009, “não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica no fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino” (BRASIL, 2017, p. 32).

Partindo dessa situação, é possível dizer que todas as mudanças recentes no Ensino Médio, tanto em suas prescrições quanto nas ações propriamente ditas, se integram ao Projeto Pedagógico do SCMB, diferente do que muitos estudiosos sem conhecimento nem vivência do Sistema pensam e comentam em algumas publicações encontradas em sites de busca acadêmicos. Ora, os Colégios Militares, mesmo que tenham regulamentos e leis pertinentes ao Exército, são, antes de tudo, regidos também pela LDB; portanto, ainda que tenham seus próprios documentos, como a Matriz de Referências, seguem o previsto nas legislações nacionais, como se observa na descrição a seguir:

Matriz de Referências (MR) - contém as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo do ensino fundamental e do ensino médio. Cada segmento desse possui uma MR específica, que é padronizada e revisada a cada três anos, sob a coordenação e supervisão da Seção de Ensino da DEPA nas reuniões de revisão curricular. Trata-se de um documento padronizado e centralizado, alinhado com os fundamentos do Projeto Pedagógico e com a Base Nacional Comum Curricular. (BRASIL, 2021, p. 42)

Assim, tomando como base a sobredita citação, outro ponto de reflexão, e que advém com as recentes mudanças no Ensino Médio, são as revisões curriculares, ações necessárias para que se repense o alinhamento entre teoria e prática pedagógica. Retomando os estudos de Goodson (2002), o autor defende o currículo como uma construção social, por conseguinte, um documento que não é estático, mas influenciado por contextos sociais, culturais, históricos e políticos e que está em constante movimento, sujeito a mudanças. Explica-se, então, a necessidade de revisões curriculares periódicas, a fim de que os currículos e, conseqüentemente, a prática docente estejam prontos para lidar com os desafios da modernidade, avanços tecnológicos e às mudanças sociais de um mundo que se transforma dia a dia.

Sob esse tema, ainda, é indiscutível o protagonismo docente na construção do currículo, haja vista que é o professor quem vivencia o trabalho com os conteúdos na

prática; assim, é personagem principal nessa ação, com voz ativa na formulação e revisão curricular, atuando como um agente experiente na construção e adaptação desses documentos de ensino. É, portanto, o docente que reflete sobre o currículo, seu propósito e conteúdo, além de contribuir com essas revisões, outrossim, a partir de suas narrativas pessoais e histórias de vida.

Da mesma forma, cabe ressaltar a importância de se aperfeiçoar o ensino por competências (abordagem utilizada no SCMB), por meio da prática pedagógica docente alinhada ao incremento das novas tecnologias. O professor, como mediador da aprendizagem, deve buscar formação contínua, ainda mais num mundo cada vez mais globalizado, interativo, tecnológico e mutável. Além disso, a abordagem por competências se apoia em dois eixos fundamentais: a contextualização e a interdisciplinaridade e ambas devem culminar com uma aprendizagem que tenha significado para o aluno. É, então, com base nesse aperfeiçoamento profissional e na reflexão sobre a prática profissional docente que ocorrem tanto as revisões curriculares, em busca da melhoria da aprendizagem, quanto a formação continuada docente (BRASIL, 2021, p. 75).

Sobre a formação continuada, essa ação, inclusive, é uma responsabilidade da União, segundo o que diz a nova BNCC para Ensino Médio, que faz uma relação com a capacitação de professores para uma melhor atuação em sala de aula, tendo em vista a ligação dessa etapa de estudos com o ensino superior:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC (BRASIL, 2017, p. 21).

É nesse sentido que revisões curriculares permanentes e uma formação continuada que esteja disposta a trabalhar outras competências e habilidades docentes, no que diz respeito às novas tecnologias e às metodologias ativas se tornam importantes em cenários de novos currículos e propostas de formação. Não condiz com a atual realidade de nosso país não preparar um aluno de Ensino Médio para que ele esteja em plenas condições de seguir com seus estudos seja numa Universidade, de forma que já pleiteie uma posição no mercado de trabalho, ou numa escola de formação militar, no caso dos alunos que despertam para essa vocação no SCMB.

Portanto, para reforçar essas escolhas de Itinerários Formativos é que o currículo do Ensino Médio nos Colégios Militares tem por objetivo consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no EF; fomentar a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, o seu aprimoramento como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos (BRASIL, 2021). Esse caráter preparatório, no entanto, não prejudica a formação integral do aluno, posto que o SCMB também se orienta pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, as quais trabalham com o desenvolvimento das seguintes capacidades, em todas as disciplinas da grade curricular: investigação, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo.

Diante dessas habilidades a serem desenvolvidas pelo corpo discente, é que se torna importante o papel do professor, ente educacional responsável por conduzir essa nova forma de aprender, cada vez mais conectada à realidade estudantil do século XXI. Assim, novamente, reforça-se a significância de uma formação continuada contemporânea, em que o professor seja elemento ativo no processo de transformação educacional, em todos os sentidos. Por meio da capacitação profissional, o docente é capaz de moldar o rumo de sua prática pedagógica; não deve ser ele um mero repetidor de conhecimentos curriculares, mas um agente que implementa novas práticas de saber, de forma reflexiva, crítica e colaborativa, integrado à educação do presente, mas olhando sempre adiante.

Por fim, a formação continuada, nessa perspectiva, não é apenas uma mera atualização técnica, mas uma oportunidade para que o docente do século XXI viva sua transformação profissional de forma contextualizada com a Educação 5.0 e, por conseguinte, cause impacto na mudança pessoal discente, formando melhores cidadãos para o país, sejam eles seguindo uma carreira militar ou civil, conforme a proposta pedagógica do SCMB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre as mudanças no Ensino Médio brasileiro, com relação aos Itinerários Formativos, têm provocado um relevante debate no meio acadêmico e nas escolas. Professores, alunos, pais, diretores, enfim, toda a comunidade escolar tem levantado questões sobre a implementação e a validade dessa nova realidade da Educação Básica, desde a publicação da Lei nº 13.515, em fevereiro de 2017.

Na linha do tempo desse tema, foram publicados diversos documentos que davam suporte e orientações quanto à nova sistemática, dentre eles a Portaria nº 521, do Ministério da Educação, em 13 de julho de 2021, que instituía o cronograma de implementação do Novo Ensino Médio; porém, em 4 de abril de 2023, outro documento, desta vez a Portaria nº 627– Ministério da Educação, foi assinado e suspendeu os prazos do Cronograma de Implementação do Novo Ensino Médio. Esse ato, contudo, não causou o efeito esperado nas escolas, haja vista que muitas instituições de ensino já haviam se planejado desde 2017, para dar início, mesmo depois da pandemia de Covid-19, ao novo formato dessa etapa secundária da Educação Básica, inclusive o Sistema Colégio Militar do Brasil.

É fato que a mudança trouxe muitas dúvidas e incertezas, porém, ao mesmo tempo, mais oportunidades para o aluno, no sentido de que ele se torne protagonista de seu processo de ensino-aprendizagem, o que vai ao encontro da abordagem por competências, tendência adotada nos Colégios Militares e proposta na Base Nacional Comum Curricular.

Cabe, portanto, afirmar que, a partir do momento em que o aluno pode escolher seu percurso de formação e prospectar uma carreira, um trabalho, um futuro na sociedade, torna-se parte de um processo de mudança que começa na sua adolescência, fase em que é necessário que haja um “Projeto de Vida” para lhe dar suporte sobre as incertezas do futuro. Assim, o Novo Ensino Médio nada mais é (não diminuindo a importância da mudança) do que um planejamento a longo prazo da concretização de interesses pessoais (e até mesmo sonhos), baseado em valores e consolidado no despertar de uma vocação.

Sobre essa planificação de vida a partir dos estudos secundários, o SCMB oferece, dentro de sua proposta pedagógica, a oportunidade de que seu aluno invista seu tempo e seu foco de estudos na carreira de formação militar (IF CaMil) ou na carreira de formação universitária (IF CaUni), reforçando, à parte da eleição por um caminho, a importância do desenvolvimento integral do aluno, de forma cidadã, responsável e comprometida com a sociedade. Para isso, é necessário que o ensino por competências, efetivamente, oportunize aprendizados para esses estudantes fazerem suas correlações com o mundo real, ponderando as suas escolhas e seu propósito de vida.

Contudo, para qualquer processo de mudança, é necessário o entendimento por todas as partes envolvidas; passa-se, portanto, a considerar a importância do docente nesse procedimento. É por meio de sua história de vida, de suas intervenções e de suas

relações com a escola e com o corpo discente, que o professor põe em prática as transformações curriculares necessárias para que os caminhos escolhidos pelos alunos sejam mais bem trilhados e conduzidos com assertividade, segurança e apoio socioemocional. O docente é, nessa situação, personagem necessário para que sua metodologia de ensino, de forma atual e contextualizada, a partir de uma formação permanente, seja eficaz na conquista dos objetivos discentes.

Nesse sentido, segundo Goodson (2002) e Zabala e Arnau (2010), a escola deve ser um local de empoderamento social e pessoal, na qual alunos estejam preparados não apenas para o mercado laboral, mas para serem cidadãos éticos e responsáveis, tudo isso partindo do trabalho com um currículo dinâmico, baseado em valores e competências. Para os autores, a forma como se desenvolve o currículo escolar deve ser favorável a que os alunos encontrem seu lugar no mundo, o que inclui um fomento de suas vocações e interesses pessoais.

Assim, pode-se dizer que o currículo pode vir a cumprir seu papel de ser uma ferramenta para o desenvolvimento humano e social, a partir do momento em que o professor assume uma posição de grande relevância nesse processo de transformação no ensino, sendo um mediador eficaz. Por fim, o aluno é o grande beneficiário de todo esse movimento, pois passa a entender o valor de suas escolhas e suas responsabilidades diante da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. **Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil**. PP/SCMB 2021- 2025. Rio de Janeiro, RJ: DEPA [2021].

BRASIL. Ministério da Defesa. **Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999**. Lei de Ensino no Exército. Dispõe sobre o ensino no Exército e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19786.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 11, de 30 de junho de 2009**. Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. Conselho Nacional de Educação. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1685-pcp011-09-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), implementando as mudanças previstas para o Novo Ensino Médio, e institui a política de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA1570DE22DEDEZEMBRO2017.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021**. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023**. Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de-2023-475187235>. Acesso em: 18 set. 2023.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Attilio Brunetta. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

JESUS, A. R. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. Apresentação de comunicação. Universidade Federal de Sergipe, 2010.

LISBOA, A.C.; ROCHA, P. A. M. **Competências socioemocionais e docência: a BNCC e as novas exigências na formação de professores**. Universidade do Estado da Bahia, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74056>. Acesso em: 18 set. 2023.

PEREIRA, C. C. P.; ALVES, J. M. **Ensino técnico no Brasil: breve histórico**. Revista Educação e Tecnologia. CEFET-MG, 2015. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/701>. Acesso em: 18 set. 2023.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Artmed: Porto Alegre, 2010.